



O México e a Exclusão: da Conquista a Chiapas, um Tema Recorrente¹

Weslei Antonio Marette*

A matéria comenta alguns aspectos da História e da Sociologia mexicanas, heranças do período colonial espanhol, para caracterizar a continuidade das reivindicações dos excluídos do processo político do país azteca até nossos dias.

A temática da exclusão e da exploração são recorrentes e permeiam a História do Homem. Quer na dimensão individual, quer em uma dimensão macro, o tema está sempre presente — é o homem, a tribo, o clã, a cidade-Estado, o feudo e os Estados-nação exercendo a dominação sobre outros. Acoplada à idéia da dominação está a da superioridade que permite, legítima e justifica a exploração.

Este ensaio pretende apresentar alguns aspectos históricos e da sociologia política mexicana, enfocando a herança do período colonial espanhol e buscando caracterizar a continuidade das reivindicações dos excluídos do processo político, até os dias atuais.²

O estudo do processo político mexicano,

no contexto latino-americano, é extremamente rico. O México passou por todas as fases, e na maioria das vezes de forma ampliada, do desenvolvimento político e social da maioria dos países hispânicos da América. Estudar e analisar o México é ver, com cores muito vivas, a América espanhola.

A civilização pré-colombiana, existente nas terras mexicanas, era fantástica pelo nível de organização política, social e econômica que conseguiu desenvolver. Após a chegada do colonizador espanhol, o Vice-Reinado da Nova Espanha foi uma colônia na qual os interesses da Espanha foram marcantes e a civilização ibérica desenvolveu a dominação de maneira exemplar. O processo da independência e o caminho para o estabeleci-

mento político e social. O que se discute é a forma que se dá a inserção de determinados segmentos sociais, como a que ocorre com os escravos ou com os estratos mais baixos da escala social.

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

1. Selecionado pelo PADECEME.

2. O termo exclusão tem uma inconsistência lógica conceitual porque todo ator social está incluído no pro-

mento de uma nova hegemonia política também são bastante significativos servindo, desta forma, como um excelente quadro ilustrativo da implantação e desenvolvimento do projeto civilizatório castelhano na América.

Utilizando as reflexões teóricas de Leopoldo Zea, expressas no seu trabalho *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, procuraremos apresentar a visão de Bonfil da evolução do processo político e social mexicano, extraída de seu texto *México Profundo, Una Civilización Negada*, buscando analisar e compreender a continuidade entre os discursos de Zea e Bonfil e as reivindicações do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

*"Surge a síntese da humanidade em que a barbárie e a civilização deixam de sê-lo para ser, pura e simplesmente, expressões do único homem possível, com suas possibilidades e impedimentos, com seus sonhos de universalidade e a consciência de suas limitações"*³

Leopoldo Zea analisa, em seu trabalho *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, a exclusão e a marginalização de Estados europeus como a Rússia, a Inglaterra e a Espanha, que tinham visões de mundo diferentes do contexto em que estavam inseridos. Mais particularmente, deter-nos-emos na exposição da temática espanhola em razão de sua influência nas colônias hispânicas na América. Procuraremos explicitar alguns as-

pectos pontuais que sintetizam o pensamento de Zea, no que diz respeito aos conceitos sobre a civilização e a barbárie na cultura hispânica.

Bárbaro, no sentido original grego, era o homem que não conseguia expressar-se corretamente e balbuciava suas idéias, tendo grande dificuldade de fazer-se entender. Para os romanos, o conceito de bárbaro referia-se àqueles que estavam fora da lei romana e não se subordinavam aos princípios do direito romano.⁴ Tinham essas duas visões do outro, do bárbaro, uma possibilidade de inclusão no processo civilizatório, desde que o bárbaro aprendesse a se expressar ou se submetesse ao império das leis romanas.

A Espanha, isolada pelos Pirineus e por sua forma peninsular, desenvolveu um projeto de civilização peculiar no século XVI e influenciou nos destinos europeus em razão do seu avanço técnico na arte marítima e de suas conquistas resultantes da navegação oceânica.⁵ O projeto civilizatório espanhol foi montado sobre a ortodoxia religiosa, defendendo a manutenção de princípios religiosos já transformados pela Reforma e que estavam em franco processo de discussão em outros países. A expressão maior dessa ortodoxia foi a Inquisição, com todo o arbítrio, intolerância, dominação e violência que imprimiu nos domínios espanhóis. A inquisição, com sua influência religiosa, política, social e intelectual, condenou a Espanha ao obscurantismo, ao atraso político, tecnológico e social.

A América hispânica sofreu a influência do colonizador espanhol, portador e guardião da "verdadeira" mensagem cristã e defensor da unidade religiosa.⁶ A Espanha criou, em

3. Zea, Leopoldo, *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*, p. 282.

4. *Ibidem*, p. 20/21.

5. *Ibidem*, p. 109.

6. *Ibidem*, p. 198.

terras americanas, um novo mundo unificado pela religião, língua e cultura, fornecendo-lhe uma unidade cultural e, da mesma forma que se mantinha ilhada na Europa, pretendeu isolar a América do contato com o mundo da heterodoxia.

Com a premissa da existência de civilizados e bárbaros, era necessário civilizar os bárbaros que viviam em terras americanas, através da salvação proporcionada pelo conhecimento da mensagem evangelizadora de Jesus Cristo. Zea expõe a visão da exclusão, do não reconhecimento do outro, que tinha o colonizador espanhol, apresentando as incoerências desse procedimento e a incapacidade de formular uma proposta integradora com os habitantes locais.

Não existem povos civilizados e bárbaros, mas povos que são constituídos por homens que procuram sempre satisfazer suas necessidades.⁷ O autor apresenta o pensamento de William Shakespeare,⁸ que mostra a simbiose entre o colonizador e o colonizado e a incapacidade de o civilizado superior viver sem o colonizado. Retrata, ainda, o espanto do civilizado ao perceber que o que vê de bárbaro, monstruoso, mesquinho e ignorante no selvagem é um reflexo de sua própria personalidade. A barbárie está em querer ser como os outros e não reconhecer que civilização é buscar a sua própria identidade, construir o seu próprio caminho.⁹ Na ótica colonial espanhola, bárbaro era o mundo sobre o qual deveria ser imposto um novo modo de viver, enquanto a civilização era o padrão que deveria servir de novo referencial, moldando os bárbaros para a acei-

tação de novos valores referentes à ordem, disciplina e ortodoxia.¹⁰

Zea sugere o fim do relacionamento amo/escravo, senhor/servo, colonizador/colonizado e civilizado/bárbaro, propõe uma relação solidária que não implique vinculação de dominação ou de subordinação, mas sim o respeito às individualidades de cada um e de cada povo. Defende que os patamares para um novo padrão de relacionamento sejam os da democracia, justiça social e liberdade de todos os homens e de todos os povos.¹¹

A colonização espanhola na América é discutida por outros autores que se colocam em dois grandes blocos. O primeiro é dos historiadores que valorizam a obra colonizadora espanhola, desenvolvendo o culto do descobrimento e da chegada da civilização européia à América. Ao segundo bloco pertencem aqueles que vêem a obra espanhola não como "civilizatória", mas como uma operação de conquista, cuja conseqüência foi a destruição da civilização existente na América. Uribe¹² aponta o "hispanismo" e o "antihispanismo" como correntes existentes desde as historiografias republicanas latino-americanas. De um lado, os historiadores de formação tradicional, católica e conservadora e, de outro, os anti-hispanistas de formação ilustrada, positivista e liberal. Entre os historiadores com a visão da conquista e não do descobrimento da América, Uribe cita o mexicano Genaro Garcia, o argentino Juan Agustin Garcia, o colombiano José Maria Samper e o venezuelano José Gil Fortoul.

Roig¹³ faz a diferenciação entre o desco-

7. *Ibidem*, p. 23.

8. *Ibidem* p. 283. Shakespeare, no seu texto *A Tempestade*, retrata um colonizador próspero, que, olhando para o colonizado Calibán, se surpreende ao ver no selvagem o reflexo de sua própria pessoa.

9. *Ibidem*, p. 128.

10. *Ibidem*, p. 200.

11. *Ibidem*, p. 281.

12. Jaramillo, Uribe Jaime. *Frecuencias Temáticas de la Historiografía Latinoamericana*, p. 32/33.

13. Roig, Arturo André. *Interrogaciones sobre el Pensamiento Filosófico*, p. 83 e 94.

brimento e a conquista. O primeiro é um ato de conhecimento científico enquanto a conquista é um ato de força em que há a prática da dominação. O autor cita que os espanhóis viam os indígenas americanos como bárbaros, os quais somente tinham uma finalidade econômica para o colonizador, que não os percebia como semelhantes e, sim, como um ser inferior. O indígena sempre foi escravizado nas *encomiendas*, nas fazendas ou nas minas.

A ortodoxia, a intolerância e a visão estreita e excludente da realidade geraram um processo de convívio cultural extremamente danoso para as duas civilizações que se confrontaram.

Se nos reportarmos a Caliban e a Próspero, o "civilizador" acabou escravo do bárbaro. As propostas salvacionistas, únicas e excludentes, certamente trazem no seu cerne a impossibilidade de um projeto definitivo e harmônico, pois implicam a existência de alguém que deva ser doutrinado, convertido, incorporado, e não somente aceito e reconhecido como semelhante.

Um exemplo desse confronto civilizatório foi o ocorrido no México quando os espanhóis conquistaram um império oriundo de uma cultura milenar.

O MÉXICO PROFUNDO

*"Tengamos presente que nuestro Pueblo no es el Europeu, ni el Americano del Norte, que más bien es un compuesto de Africa y de America que una emanación de la Europa."*¹⁴

Bonfil¹⁵ faz uma distinção entre os dois

Méxicos que coexistem, interpenetram-se mas não se fundem, o México imaginário e o México profundo. O México imaginário é o México moderno que desenvolveu uma sociedade baseada nos modelos francês e norte-americano e adotou, como padrão de comportamento coletivo, a "desindianização" da população indígena e da cultura mesoamericana. O México profundo é o México ao qual pertence a maior parte do país, são os indígenas e parcela da população mais pobre, em especial, os camponeses. O México imaginário nega, diuturnamente, o México profundo, desconhecendo os traços culturais de parcela significativa da população. Apresentaremos uma síntese dos principais aspectos do trabalho de Bonfil que explicitam esse choque cultural.

Há cerca de 30 mil anos o homem já habitava as terras mexicanas, porém a civilização mesoamericana estabeleceu-se, aproximadamente, a 1.500 a.C., quando ocorreu a sedentarização da população, surgindo a cultura *olmeca*, considerada a "mãe" da civilização mesoamericana. Principalmente em razão de fatores geográficos, formaram-se diversos povos com culturas próprias. No final do século XV, já estava estruturada, de forma muito eficiente, a dominação militar azteca, a qual se consolidou em Tenochtitlan, sob o governo de Itzcóal. Atualmente, existem cerca de 10 milhões de indígenas que correspondem a 10% da população mexicana, os quais falam 56 diferentes línguas, sendo a cidade do México a localidade com o maior número de habitantes aborígenes em todo o mundo. Os dados referentes a quantitativos populacionais indígenas são difíceis de serem avaliados, em razão da resistência

14. Bolívar, Simon. Discurso pronunciado pelo Libertador no Congresso de Angostura em 15 de fevereiro de 1819, dia de sua instalação. *Escritos*

Selectos, p. 155/56.

15. Batalla, Guillermo Bonfil. *México Profundo, Una Civilización Negada*, p. 14.

das novas gerações em não se reconhecerem como índios. Para Bonfil, apesar de os traços genéticos evidenciarem que uma parcela muito grande da população possui características indígenas, grande parte desse contingente não manteve a sua cultura, nem a mesclou com a cultura européia.¹⁶ Assim, a mestiçagem não garantiu a integração cultural e o fenômeno da "desindianização", com a negação da cultura indígena, foi mais forte.¹⁷ As comunidades camponesas tradicionais, não indígenas, ainda mantêm parte da cultura mesoamericana, por ter sido o campo o mundo do colonizado e a cidade o do colonizador. Dificultando ainda mais o censo da população indígena, não existe no México uma definição jurídica de quem é o índio mexicano.

Essa cultura própria, negada pelo México imaginário, confronta-se com os valores ocidentais de forma marcante. O índio tem uma relação de total integração com a natureza, não querendo dominá-la mas com ela conviver de forma harmônica e integrada. A terra é um ser vivo, não possuindo a característica de bem particular.

A família é o núcleo da atividade econômica e o pólo da reprodução da cultura indígena. A produção econômica é auto-suficiente, dirigida para o autoconsumo, com um baixo nível de acumulação. Essa auto-suficiência faz com que o índio desempenhe diversos trabalhos, não priorizando a especialização. O trabalho comunitário cooperativo com ajuda recíproca, em uma cadeia de lealdade e solidariedade, foge à lógica ocidental do trabalho assalariado que possui um valor de troca.

A comunidade possui autoridades reconhecidas por todos que organizam e fiscalizam a execução do trabalho coletivo. Nas oportunidades em que ocorre esse tipo de trabalho, o mesmo adquire a característica de um acontecimento festivo, onde é possível o estreitamento do convívio social. A autoridade é adquirida em um longo exercício de convivência e pela execução de trabalhos comunitários, tendo um caráter civil, religioso e moral. Após o desempenho de todos os cargos da hierarquia social, o líder indígena atinge a situação de *mayordomo* e ingressa no "grupo de *principales*", onde reside a maior autoridade da comunidade. A realização individual ocorre no trabalho comunitário, que tem, como recompensa, a investidura da autoridade, não havendo a recompensa material pelo exercício dessa autoridade.

O MÉXICO IMAGINÁRIO

Bonfil expõe o que julga ser o México imaginário, construído desde a colonização espanhola. A conquista mexicana foi extremamente violenta e baseou-se na cruz e na espada. A cruz foi a justificação moral do empreendimento colonial e, a espada, o instrumento para a consecução dos objetivos estabelecidos. Além da violência física, resultante da operação de conquista, as epidemias decorrentes das doenças trazidas pelos colonizadores agravaram o quadro de dizimação da população local. Quando da chegada dos espanhóis, a população estimada do México era de 25 milhões de habitantes e, somente no início do presente século, a

16. Para Bonfil, "o índio não se define por uma série de traços culturais externos que o fazem diferente ante os olhos dos estranhos (a vestimenta, a língua, as maneiras etc.); define-se por pertencer a uma coletividade organizada (um grupo, uma sociedade, um

povo) que possui uma herança cultural própria e que tem sido forjada e transformada historicamente, por gerações sucessivas. Em relação a essa cultura própria, se sabe *maya*, *purepecha*, *seri* ou *huasteco*". 17. *Ibidem*, p. 42.

população mexicana consegue, novamente, atingir esse patamar demográfico. Essa involução populacional evidencia o que foi a atividade "civilizatória" espanhola no México, no que diz respeito ao trato com os indígenas.

Desde a colonização, os grupos que detiveram o poder político não tiveram um projeto que priorizasse o México profundo. Todos os níveis superiores de organização social foram destruídos, somente permanecendo as comunidades locais. A independência e a Revolução Mexicana, primeira das grandes revoluções havidas no presente século, não modificaram o quadro político de exclusão dos indígenas. A Revolução Mexicana adotou o modelo político dos Estados Unidos da América, e as proposições de um dos seus líderes, Emílio Zapata, centradas nas questões indígenas, foram derrotadas, não conseguindo implantar-se como metas políticas, após a derrubada da ditadura porfirista. Do projeto zapatista somente a questão agrária foi contemplada na Constituição de 1917 sendo, posteriormente, modificada.¹⁸ Manteve-se, durante a história política mexicana, um Estado no qual a maioria da população não participou ativamente do processo político. O México urbaniza-se, ocorre a migração do campo para as cidades, os conflitos pela posse da terra aumentam, eclodem revoltas e rebeliões, criando o caldo de cultura favorável à proliferação de núcleos revolucionários. À semelhança dos colonizadores e religiosos, a mensagem dos novos ativistas não inclui o reconhecimento do México profundo e da multipluralidade ética.

Bonfil discute ainda o papel da Igreja Católica na história mexicana. Portadores da mensagem redentora a seres inferiores que

deveriam ser salvos a qualquer preço, os religiosos também exploraram a população indígena. Utilizando seu trabalho nas missões e nas construções das igrejas, os clérigos disputaram com os colonizadores a posse dessa mão-de-obra. Essa atividade econômica foi de tal ordem que a Igreja chegou a ser a maior proprietária de terras do México.

A partir dos anos 70, muda a política mexicana para a população indígena, com um programa implantado por Miguel de la Madrid, onde é priorizado o reconhecimento do pluralismo étnico, substituindo a incorporação forçada do indígena. Bonfil faz crítica ao programa, por ter algumas contradições, mas esse é um primeiro passo em direção ao resgate histórico das comunidades indígenas. Em 1975, surge o Conselho Nacional dos Povos Indígenas, composto por dezenas de conselhos supremos. Dessa forma, a população indígena passa a ter uma representação organizada e institucionalizada. Também são criadas diversas organizações não governamentais que passam a se preocupar com a questão dos indígenas.

Apesar desses esforços e mobilizações político-sociais visando à integração, a problemática indígena entrou na agenda política mexicana, de forma violenta, com os conflitos ocorridos na região de Chiapas.

O CONFLITO DE CHIAPAS

"...a finalidade da rebelião é a libertação, ao passo que a finalidade da revolução é a instituição da liberdade..."¹⁹

No dia primeiro de janeiro de 1994, inicia-se um conflito armado no Estado de

18. *Ibidem*, p. 105

19. Arendt, Hannah. *Da Revolução*, p. 114.

Chiapas e o incidente, conforme um comunicado da Embaixada mexicana, desenvolveu-se da maneira abaixo descrita.²⁰

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) toma as prefeituras de diversas cidades da região e apresenta uma pauta de reivindicações. Além da ação militar, cerca de 15 mil indígenas deslocaram-se para a região do conflito. O governo mexicano realizou, inicialmente, uma operação militar para a retomada do controle das localidades ocupadas, buscando o restabelecimento da normalidade institucional.

Tentou, simultaneamente, uma solução para o conflito através de negociações políticas. Para isso, deslocou, para próximo à região do confronto, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, e o Congresso

criou a Comissão Especial Plural, para a pronta resolução do conflito. Treze dias depois de iniciado o conflito, foi estabelecido um cessar-fogo, com o compromisso da suspensão das hostilidades. O governador de Chiapas renuncia e o governo federal cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Integral e Justiça Social para os Povos Indígenas, o Fundo de Apoio para Indenizações, dos prejuízos causados pela ação militar, e o Programa de Apoios Diretos para Reativar a Economia, dirigido para a região produtora de café. Foi ainda aprovada a Lei de Anistia para os envolvidos no confronto militar.

20. Embaixada do México no Brasil. *Esfuerzos del Gobierno Mexicano por Resolver el Conflicto en Chiapas por la Vía del Dialogo y la Negociacion*, 24 de fevereiro de 1995.

De 11 de fevereiro a 3 de março, o EZLN reúne-se com um Comissário do Governo Federal para buscar o estabelecimento de um *Compromisso por uma paz digna em Chiapas*, no encontro, denominado Diálogos de San Cristobál. Das 34 reivindicações zapatistas, 32 foram aceitas pelo Comissário, porém o documento não foi assinado pelo EZLN, em razão de manifestações feitas por organizações de proprietários rurais e, também, em virtude do assassinato do candidato do PRI à Presidência da República, Luís Donaldo Colosio.

“Chiapas é um estado mexicano com cerca de 3 milhões de habitantes, possuindo 101 municípios e grande número de povoados. Trinta por cento da população se constituem de indígenas que falam oito línguas.”

A aprovação de uma nova Lei Eleitoral, a destinação de verbas para apoiar os camponeses em programas sociais e a criação de uma infraestrutura produtiva e de apoio à produção agrícola foram medidas políticas tomadas pelo go-

verno mexicano buscando uma solução para o conflito. Com a posse do Presidente Ernesto Zedillo, continuaram as negociações. Na esfera estadual, o governador de Chiapas enviou, ao Congresso, oito iniciativas de reformas, destacando-se as do Código Penal, Eleitoral e dos Direitos Políticos dos Povos Chiapanecos. O novo Presidente procurou reduzir o quadro de beligerância na área, apesar da descoberta de um arsenal com armamento pesado, na cidade do México e no Estado de Vera Cruz, pertencente ao EZLN. O governador de Chiapas, Eduardo Robledo Rincón, deixou o governo, pedindo uma licença para abrir um espaço político maior para as negociações. O comunicado da Embaixada mexicana transcreve as palavras do Presidente Zedillo, em que há o reconhecimento da situação de exclusão e

injustiça na qual se encontram os indígenas da região.²¹

Chiapas é um estado mexicano com cerca de 3 milhões de habitantes, possuindo 101 municípios e grande número de povoados. Trinta por cento da população se constituem de indígenas que falam oito línguas. Na região do conflito, encontra-se a Serra Lacandônia, coberta por selva, sendo uma área de difícil acesso por possuir poucas estradas. A região é grande produtora de petróleo, energia elétrica, gado, café, fumo, açúcar, soja, sorgo e frutas. A produção diária de petróleo da região é de 92 mil barris e de 516,7 bilhões de pés cúbicos de gás. A região produz 35% da safra nacional de café e 35% da energia hidrelétrica gerada no país. Apesar dessa capacidade produtiva, Chiapas é o estado mais pobre do México.²²

Na região de Chiapas, é forte a influência do clero ligado à Teologia da Libertação. O bispo de San Cristóbal de las Casas, Samuel Ruiz, é a maior expressão da Teologia da Libertação no México, tendo sido escolhido pelo EZLN como intermediador nas negociações com o governo mexicano nos Diálogos de San Cristóbal. Ruiz sofre pressões de parcela da imprensa mexicana e de setores conservadores da sociedade mexicana que o acusam de ser ligado à causa zapatista. Em agosto de 1976, foi preso, no Equador, acusado de guerrilheiro.²³ Em 1993, o Exército Mexicano apresentou provas de

sua participação em um projeto de insurreição armada, quando foram encontradas, na sacristia do templo de El Carmen, caixas com armamento, munição e material de propaganda de extrema esquerda.²⁴ Após a criação do Centro dos Direitos Humanos Frei Bartolomé de las Casas, no final dos anos 80, o bispo intensificou suas denúncias do processo de exclusão e marginalização que sofriam os indígenas chiapanecos. Por suas atitudes políticas, a Congregação para os Bispos, do Vaticano, aventou a possibilidade de sua destituição do bispado onde atua. Apesar dessa posição do Vaticano, teólogos de vários países apóiam sua forma de agir, tendo o mesmo recebido os prêmios Oscar Arnulfo Romero e da Fundação Paolo Borsellino, ambos em Roma. No Brasil, o cardeal Aloisio Lorscheider e o teólogo Aloisio Araujo de Oliveira defenderam o recurso da utilização da guerrilha em Chiapas por não restar outra forma de luta, para combater a opressão.²⁵

A Teologia da Libertação buscou criar uma identidade entre os indígenas de forma que pudessem dismantelar as seculares estruturas de dominação. Incentivou a realização de Congressos Indígenas, onde diferentes povos discutiram seus problemas comuns. O catecismo passou a ter, em seu bojo, uma proposta de luta e de revalorização da vida comunal, da identidade indígena, de luta contra o *status quo*, buscando, em última

21. *Ibidem*, p. 14. "El Presidente Ernesto Zedillo convocó a que en Chiapas se construyan condiciones para superar la marginación de las comunidades indígenas e campesinas, renovar la vía política fortaleciendo la democracia, respetar e impulsar las formas de organización propias de los indígenas en el marco de la Constitución, restaurar el estado de derecho y avanzar en un estado de equidad."

22. Departamento de Prensa y Propaganda del Ejército Zapatista de Libertación Nacional; Chiapas el Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía, *Perfil de*

la Jornada, México, 27 de janeiro de 1994.

23. Morales, Sonia e Rodrigo, Vera, Samuel Ruiz ha resistido, desde 1960, hostigamientos, agresiones, injurias, *Proceso* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995.

24. Benjumea, Torcuato Luca de Tena. El juguete de Samuel, *Siempre* nº 2187, México.

25. Vera, Rodrigo. En Chiapas o dondequiera, hasta la Iglesia conservadora acepta la guerra contra el tirano si hay otra opción: Lorscheider e Araujo, *Proceso*, nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994, p. 26.

instância, a construção do reino de Deus na Terra.²⁶ Utilizando um grande número de leigos na região do conflito, Samuel Ruiz tem, na pastoral indígena, 300 diáconos, 4.300 catequistas e 200 pré-diáconos, que se ligam com os *Principales*, tradicionais autoridades indígenas. Por um certo período, representantes e ativistas da Teologia da Libertação trabalharam junto com ativistas políticos da *Linea Proletaria* e *Linea de Masas*, porém os conflitos entre os religiosos e os políticos se acentuaram de forma crescente, culminando com a expulsão dos políticos pelos índios. Prevaleceu a forma de atuação dos religiosos que propunham que o processo de luta deveria ser "acompanhado", enquanto os políticos pleiteavam "dirigir o processo".

Além do apoio que parcela do clero internacional, ligado à Teoria da Libertação, ofereceu aos revoltosos de Chiapas, no âmbito internacional, ocorreram manifestações populares de solidariedade aos zapatistas na França, Alemanha, Suíça, Bélgica e Noruega,²⁷ assim como pronunciamentos de chefes de Estados e de Governo preocupados com a situação.

A rebelião de Chiapas ocorreu logo após a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio (TLC), firmado com os Estados Unidos da América e o Canadá. As relações com os Estados Unidos estavam desgastadas em razão do endurecimento da política norte-americana para os imigrantes ilegais mexicanos, do posicionamento do Departamento de Estado, pedindo mais democracia

no México, e das declarações de congressistas norte-americanos, criticando a situação interna mexicana, em virtude de o governo ter um comportamento contrário aos princípios da Constituição norte-americana.²⁸

A repressão armada aos revoltosos de Chiapas realizou-se sem grande liberdade de manobra, por parte do Exército Mexicano, em razão da opinião pública internacional e, mesmo, pelo apoio que os zapatistas têm dentro do México. No confronto armado dos primeiros dias da revolta, cerca de 145 guerrilheiros teriam sido mortos. Manifestações populares envolvendo milhares de pessoas prestaram solidariedade aos zapatistas. Nessas manifestações, as palavras de ordem eram: "*Todos somos Marcos, todos somos zapatistas, todos somos indígenas.*"

O poder constituído do México, inicialmente, empregou suas forças de segurança, em particular o Exército, para reprimir a revolta. Posteriormente, adotou a política da resolução pacífica e do diálogo para a resolução do conflito, ficando a cargo do Exército somente o isolamento da região. Em princípio, toda a utilização do poder militar em situações internas é difícil de ser executada por envolver nacionais em conflitos armados. Roderic Al Camp²⁹ acredita que há uma resistência forte dos atuais generais mexicanos em empregar o Exército em ações de repressão a nacionais, cumprindo políticas desenvolvidas pelos presidentes mexicanos. O motivo seria a repressão feita às manifestações estudantis em Tlatelolco, durante o outono de 1968, quando o Exército assumiu a

26. Maza, Enrique. Juntas, la acción política y la acción pastoral concientizaron a los indígenas en la búsqueda de su redención, *Proceso* nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994, p. 23 e 25.

27. Mergier, Anne Marie. Se mantiene viva en Europa la simpatía por Marcos y el movimiento zapatista, *Proceso* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995, p. 30.

28. Puig, Carlos. Después de Chiapas, desconcierto, decepción y endurecimiento de Estados Unidos hacia México, *Proceso* nº 901 México, 7 de fevereiro de 1994, p. 52.

29. Maza, Enrique. *Alemán politizó al ejército, Salinas lo lleva a determinar comicios*, *Proceso* nº 810, México, 11 de maio de 1992, p. 8, 9 e 10.

responsabilidade pela realização das ações repressivas.

O incidente de Chiapas tem uma conotação diferente, por ter o Exército sido atacado pelas forças zapatistas. Conforme discurso do Secretário de Defesa, General Antonio Riviello Bazán,³⁰ o Exército foi atacado pelos zapatistas, não lhe restando senão a alternativa da reação. Nesse pronunciamento, busca-se realçar as seguintes idéias forças: o México espera a lealdade dos seus soldados; o Exército é o povo, dele faz parte e sempre esteve ao seu lado, principalmente quando das calamidades; o Exército Mexicano é um exército amante da paz; a intervenção em Chiapas é legal e busca o restabelecimento da segurança interna e a manutenção da ordem constitucional, e critica a solução armada como forma de solucionar conflitos.

Roderic Al Camp³¹ expõe que o prolongamento das operações poderá trazer dificuldades para o Exército, por ser impopular a ação repressiva para os próprios militares, principalmente em função do tipo de socialização feito pelo Exército, no qual sempre é destacada a sua origem popular, sua vinculação com o povo e com as classes populares.

Fruto das operações militares surgiram denúncias, por parte de diversas organizações não governamentais, de violações dos direitos humanos. Mais de 30 organizações mexicanas não-governamentais ligadas às questões dos direitos humanos denunciaram, à Comissão Interamericana de Direitos

Humanos, da Organização dos Estados Americanos — OEA, em Washington, a violação de direitos humanos na repressão ao EZLN, em Chiapas.³² A Anistia Internacional também o fez. A Comissão Nacional dos Direitos Humanos,³³ órgão governamental, que realizou investigações sobre denúncias acerca de violação dos direitos humanos na região de operações, comprovou, em algumas delas, procedimento irregular das forças de segurança. As denúncias estendem-se também ao EZLN, que teria realizado seqüestros, morte de militares que já haviam se rendido e apropriação de bens particulares.

A crise econômica ocorrida no México, em fevereiro de 1995, trouxe um novo complicador para a solução pacífica de Chiapas. O México, apontado pelos organismos econômicos internacionais e pelos grandes bancos que atuam no mercado financeiro internacional como um exemplo de ajuste aos novos padrões da liberdade de mercado e da globalização econômica, entra em uma brutal crise financeira. Para solucionar o problema, os Estados Unidos forneceram um empréstimo de US\$ 20 bilhões e hipotecaram a produção do petróleo exportado do México para o pagamento dessa dívida.

AS REIVINDICAÇÕES DO EZLN

"La soberania nacional reside esencial e originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y

30. Bazán, Antonio Riviello. Lealdade de las Fuerzas Armadas, *Tiempo*, México, março de 1994, p XI–XIII. O discurso foi proferido em uma solenidade militar, ocorrida no dia 9 de fevereiro de 1994, quando da comemoração do LXXXI Aniversário da Marcha da Lealdade.

31. Puig, Carlos, El Ejercito se la va a cobrar exigindo mayor participacion política: Roderic camp, *Proceso* nº 902, México, 14 de fevereiro de 1994, p 8.

32. Puig, Carlos. Incurrió el Ejercito en actos inconstitucionales, *Proceso* nº 902, México, 14 de fevereiro de 1994, p 16.

33. Comisión Nacional de Derechos Humanos, *Informe Especial de la Comisión Nacional de Derechos Humanos sobre sus Acciones realizadas en el marco del Transtorno Interior del Estado de Chiapas, entre el 9 al 19 de febrero de 1995*, mimeografado, México, 20 de fevereiro de 1995.

se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el enalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno."³⁴

O EZLN é chefiado pelo subcomandante Marcos, codinome de Rafael Sebastian Guillen Vicente, professor universitário formado na Universidade de Sorbone, em Paris. Guillen foi educado por jesuítas, executou trabalhos sociais nas montanhas de Tarahumara e recebeu uma medalha do Presidente José Lopes Portillo por sua atuação na área de ensino.³⁵ Líder carismático, com grande presença na imprensa, é o subcomandante Marcos o grande porta-voz do movimento zapatista. Os objetivos e as reivindicações do movimento encontram-se nas declarações do Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CG EZLN) e nas entrevistas concedidas pelo subcomandante Marcos a órgãos da imprensa.

Para os zapatistas, o movimento é fruto de 500 anos de resistência, iniciando com as lutas pelo fim da escravidão dos indígenas, prosseguindo na Guerra pela Independência Mexicana, na luta contra o expansionismo norte-americano, na expulsão do império francês, na derrubada da ditadura de Porfirio Dias e na resistência à dominação das elites.³⁶ O movimento inspira-se nas propostas do líder revolucionário Emilio Zapata, que tinha como meta, na Revolução Mexicana, o atendimento das reivindicações camponesas. Alicerça e legitima sua insurreição no Artigo 39 do Texto Constitucional Mexicano, que assegura que o povo, a qualquer tempo, tem

o direito de mudar a forma de seu governo.

O movimento não pretende restringir-se à região do conflito e às populações indígenas e, na sua Declaração de Guerra, convoca o povo mexicano para lutar por *trabajo, tierra, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*, pretendendo levar o conflito até à cidade de México. Elege ainda, como inimigo do México, o partido no poder apoiado pelo Exército federal.

Na Segunda Declaração da Serra Lacandona,³⁷ é citado o pensamento de Zapata, em que o líder revolucionário defende a necessidade da divulgação das idéias de liberdade para que, junto com a espada, seja possível derrubar as ditaduras. O EZLN atribui, à sociedade civil, a missão de buscar uma forma de democratizar o país, e defende que a ela pertença a soberania. Reivindica a solução política para o conflito e propõe a deposição das armas somente quando houver "Democracia, Liberdade e Justiça para todos". Recusa, ainda, as ofertas do governo em programas para a região, em razão de não haver mudanças profundas na estrutura política mexicana.

Para os revoltosos, não será pela força das armas que se chegará a uma solução para a região e, sim, pela mobilização política de toda a sociedade civil. Entendem, ainda, que o momento em que foi iniciado o movimento não era o mais propício, em virtude da assinatura do TLC, da queda do socialismo, da situação de Nicarágua, El Salvador e Guatemala, mas a fome, a mortalidade infantil e a não resolução da questão agrária impeliram a eclosão do movimento.³⁸

35. *Gazeta Mercantil*. Alerta com instabilidade em Chiapas, Brasil, 13 de fevereiro de 1995.

36. EZLN. Declaração de Guerra do Exército Zapatista de Libertação Nacional, *El País*, México.

37. EZLN. Segunda declaración de la Selva Lacandona,

El País, México. 17 de março de 1994, p. 7.

38. Subcomandante Marcos. Marcos: nuestro ciclo ya terminó; el asunto es ahora de la sociedad civil, *El País*, México, 4 de março de 1994.

A questão das terras indígenas é exposta em uma Mensagem aos Indígenas³⁹ e o EZLN exige o retorno incondicional de todos os expulsos de suas legítimas terras. Intima o governo a fazer uma opção entre os interesses dos indígenas ou dos latifundiários. O Comitê Clandestino Revolucionário Indígena — Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CCRI — CG EZLN) assina um comunicado dirigido ao povo mexicano no qual se intitula a voz de todos os desassistidos, dos que não têm voz, dos desalojados de suas terras, enfim, da população sem representação política efetiva.⁴⁰

O EZLN quer ser reconhecido como uma força beligerante, havendo, dessa forma, o reconhecimento de um conflito semelhante ao deflagrado entre forças internacionais. Com o reconhecimento do estado de beligerância, aplicar-se-ia ao conflito as leis da Convenção de Genebra, seria possível o estabelecimento de alianças internacionais e o EZLN teria o *status* de uma força internacional.

Além das reivindicações de caráter social, expressas na primeira declaração da Selva de Lacandona e nos 34 pontos apresentados nos Diálogos de San Cristobán, o movimento exigiu a renúncia do Presidente da República e dos presidentes dos estados, um novo pacto federal que acabasse com o centralismo e reconhecesse a autonomia das comunidades indígenas e dos municípios, o reconhecimento legal das autoridades indígenas, a revisão do TLC, o fim do saque das riquezas nacionais, e que o artigo 27 da Cons-

tituição respeite a proposta de Zapata de que a terra deva pertencer a quem nela trabalhe.

O Exército mexicano é visto, pelos zapatistas, como um exército de ocupação em seu próprio território e o governo um juguete de organismos internacionais e de outros países.⁴¹

Prega ainda a realização de uma Convenção Democrática Nacional, soberana e revolucionária, da qual resulte um governo, de transição e uma nova Constituição que garanta o cumprimento legal da vontade popular.⁴²

O subcomandante Marcos não acredita na possibilidade de uma vitória militar, porém crê que o desfecho da guerra empreendida pelos zapatistas inspirará movimentos em toda a América Latina, citando, como países sujeitos à essa influência, os de origem hispânica.⁴³

Em grande parte dos pronunciamentos e declarações, há um culto da morte sempre colocando que a vitória não é o mais importante, mas, sim, a honra, e que as vidas dos zapatistas serão sacrificadas em busca de um México melhor.

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO MEXICANA

“... somos conscientes de que, para poder hablar como hondureños, como centroamericanos, como latinoamericanos, como miembros de una nación o má bien de un proyecto de nación, es necesario luchar para que ésta adquiera

39. EZLN. Retorno de todos los expulsados, petición rebelde, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994, p. 14.
40. EZLN. Justicia, democracia y libertad “para todos”, pedirán los zapatistas, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994.

41. EZLN. Espejo primeiro, *El País*, México, 10 de junho

de 1994, p. 9.

42. EZLN. No podemos aceptar una paz indigna, *El País*, México, 12 de junho de 1994.

43. EZLN. “No le creemos”, dice el subcomandante Marcos a Zedillo, *El País*, México, 7 de dezembro de 1994, p. 13.

sus contornos, se arraigue en su propia historia, se determine por si misma, lo que sólo es posible en la medida que sea capaz de adquirir una autoconciencia nacional, una fisionomía social peculiar, una personalidad colectiva, que nos permita poseer la capacidad de ir encontrando nuestras propias respuestas a las necesidades que las condiciones siempre presentes y modificables nos van imponiendo."⁴⁴

É nítida a continuidade dos discursos de Zea, Bonfil e do Exército Zapatista de Libertação Nacional. As "palavras de ordem" do EZLN e os pressupostos de Zea, para um relacionamento político e social da sociedade mexicana, são muito parecidos. Para os insurgentes, democracia, liberdade e justiça para todos; para Zea, democracia, justiça social e liberdade. As propostas de mudanças são seculares e perpassam a História mexicana.

A causa principal do descompasso político e social é o estabelecimento de sistemas políticos trasladados de outras realidades, os quais não priorizam a cidadania ou a participação efetiva da maior parte da população na arena política. Para uma grande parcela do povo, a inclusão na vida política é feita pela exclusão, o que é uma forma extremamente perversa de participação.

O sistema de tomada de decisões pelas cúpulas política, econômica e social, igno-

rando e não priorizando as camadas mais pobres da população, gera ressentimentos e insatisfações que, mais cedo ou mais tarde, se cristalizam e eclodem, na maioria das vezes de forma violenta. A revolta de Chiapas é o explodir de uma bomba armada, em um passado remoto, por sistemas políticos sucessivos que não conseguiram criar as plenas condições da cidadania.

Parcela significativa da população não pode ser alijada do centro das decisões por ter uma visão de mundo diferente. Qual seria o critério para classificar a cultura dos povos

índigenas mexicanos de inferior e estabelecer que há civilizados e bárbaros, superiores e inferiores, dominadores e homens destinados a ser dominados? Seria a ca-

pacidade de produção econômica e de acumulação de bens materiais, a potencialidade para criar e absorver tecnologia, o nível de felicidade pessoal, a harmonia da convivência social, a complexidade das estruturas políticas ou sociais? Enfim, como determinar quem é o bárbaro ou o civilizado?

Seria, utilizando o referencial dos países centrais, um padrão de civilização a possibilidade de destruir o próprio Planeta centenas de vezes; de condenar à morte milhares ou milhões de pessoas com a poluição dos ecossistemas; de elaborar e implementar políticas econômicas excludentes, condenando à marginalidade países e até continentes; de estabelecer e impor padrões referenciais de troca de mercadorias aviltados, contribuindo para a miséria de legiões de seres humanos e, principalmente, fazendo com que miseráveis sustentem populações mais ricas? Enfim, o que é ser moderno, civilizado?

O conflito de Chiapas tem um caráter

"Os sistemas políticos modernos tiveram sempre que conviver com o dilema de dosar liberdade e igualdade."

44. Selva, Rafael Murilo. 1990 — "La Nacionalidad, las culturas llamadas populares y la Identidad". In Dieterich, Heinz, ed. *La Interminable Conquista: emancipación y identidad de América Latina, 1492-1992* México: Mortiz y Planeta: 1990, p. 70.

muito educativo por reproduzir, em um Estado nacional, as injustas condições da convivência humana implementada pelos países "civilizados". Uma região rica em recursos naturais, com um povo possuidor de uma cultura milenar, não consegue possibilitar aos seus habitantes uma vida digna. À semelhança do injusto sistema de trocas internacionais, a energia e a produção agrícola ali produzidos sustentam e dão suporte ao desenvolvimento econômico das classes mais abastadas da população mexicana, porém, não beneficiam, na mesma proporção, os habitantes de Chiapas.

Essa visão discriminada das relações sociais foi compartilhada e incentivada pelo sistema financeiro internacional. Pouco antes do início da rebelião de Chiapas, o México era apontado como padrão de país em desenvolvimento ajustado à modernidade. Qual seria essa modernidade? Com as políticas neoliberais, altamente excludentes e baseadas na sacralização do mercado, sendo eleitas como o grande referencial para caminhar-se em direção ao progresso e, sendo esse novo ícone o marco maior da modernidade, torna-se difícil pensar na inclusão, no respeito ao outro que possui uma cultura distinta como um ser humano, e não como uma peça descartável em uma grande engrenagem virtual. Pombo expõe as incoerências das políticas neoliberais impostas, pelos países centrais, para os países latino-americanos e aponta a eclosão de rebeliões e atos de grande violência popular como um dos produtos de sua implementação.⁴⁵

Certamente, o mundo atual vive uma crise de propostas políticas sustentáveis. A derrocada do socialismo real enterrou a utopia do paraíso na Terra e o surgimento de

um novo homem. A tentativa do estabelecimento de um Estado igualitário, humano, isento da opressão das diferenças geradas pela posse dos meios de produção redundou em sistemas políticos extremamente opressivos e discriminatórios, que não conseguiram se sustentar e foram derrubados por aquele que deve deter o poder — o povo.

Os sistemas políticos modernos tiveram sempre que conviver com o dilema de dosar liberdade e igualdade. A tentativa de exponenciar a igualdade praticada pelos regimes políticos totalitários de esquerda geraram uma extrema desigualdade. E o que vemos na atualidade com a exponenciação da liberdade? Os mercados livres da interferência estatal e altamente integrados em amplos sistemas de trocas serão capazes de gerar liberdade para todos, que não seja a liberdade de morrer de fome, inanição ou de doenças endêmicas?

Politicamente, querer não é poder; o poder fazer, muitas vezes, independe da vontade de líderes políticos ou da capacidade de implementar mudanças em uma sociedade. O mundo é cada vez mais uma aldeia global, onde as influências dentro do sistema internacional são ditadas pelo *quantum* de poder político, econômico, militar e tecnológico de cada um de seus componentes. Assim, o quadro mexicano é fruto de conjunturas internacionais passadas e presentes, onde não houve e não há a convivência harmônica e sim a busca da dominação. Interessante ressaltar as formas com que os "civilizados" legitimam suas metas. A ação da Igreja Católica no México é bem ilustrativa.

O Evangelho de Jesus Cristo, que prega em seus dois únicos mandamentos o amor a Deus e ao próximo, foi o motivo para justificar o massacre da população indígena mexicana pelo conquistador espanhol. A

45. Pombo, María Dolores Paris. *Crisis e Identidades Colectivas en America Latina*, p. 143/4.

Teologia da Libertação, muito criticada principalmente por imiscuir a autoridade espiritual do sacerdote com questões temporais, pode ser vista de um outro pólo — como uma tentativa de expiar os pecados do passado, quando os padres dominaram as populações indígenas também em razão de sua autoridade espiritual. Busca, ainda, redimir a Igreja do passado, aliada ao poder político opressor, que fornecia a justificativa teológica e moral para que a espada pudesse implementar os interesses espanhóis na América. Atualmente, quase como um exercício de penitência, os religiosos da Teologia da Libertação centram suas atenções nos desassistidos, em especial nas populações indígenas e camponesas e, em muitas oportunidades, radicalizam suas posições, sem a ponderação devida de quem tem responsabilidades pastorais.

Ainda analisando instituições seculares, o papel do Exército mexicano também é ilustrativo do mundo de incoerências em que vivemos. Uma das prerrogativas distintivas dos Estados modernos é o monopólio do uso legal da coerção física. Em última instância, cabe às Forças Armadas o exercício dessa atribuição estatal. Essa ação pode dar-se na afirmação do poder do Estado externa e internamente. Ambas as situações — as de guerra contra um outro Estado ou de operações para a manutenção da segurança interna — são circunstâncias de violência física em que se busca impor a vontade estatal pela força das armas. Se nas situações de guerra externa a justificativa do emprego militar é problemática e sempre questionável, internamente o quadro torna-se mais difícil. O caráter distintivo do poder militar é o cumprimento de suas missões até às últimas consequências. Em confrontos externos, essa peculiaridade da atuação militar apóia-se na

sobrevivência do Estado Nacional ou na defesa incondicional dos nacionais; porém, em situações de conflito interno, torna-se politicamente impraticável, nos dias atuais, o emprego militar nessas condições.

O Exército mexicano, por suas peculiaridades históricas e funcionais, desenvolve e constrói o mito do Exército da Paz e de base popular. Oriundo de um Exército Revolucionário, a cultura da identificação popular é muito forte, sendo uma de suas missões a execução do "labor social".⁴⁶ Porém, é o responsável, em última instância, pela manutenção do Estado mexicano. Apesar do quadro de exclusão da população de Chiapas, reconhecido, publicamente, pelo Presidente Zedillo, do grande apoio popular que possui o EZLN e do suporte oferecido aos revoltosos por segmentos significativos da sociedade civil, o Exército é o braço armado do Estado a quem compete a execução da política de segurança estatal. As estimativas de Roderic Al Camp de que, em futuro próximo, poderá haver problemas disciplinares no Exército são um risco que corre qualquer Exército empregado em operações de segurança interna, principalmente quando reprime movimentos que possuem respaldos consideráveis na opinião pública.

Então, quais seriam as alternativas para o Exército? Aceitar o desafio e o desrespeito à autoridade estatal? Insurgir-se contra o poder político? Manter uma situação de dominação política considerada injusta? Em passado recente, países latino-americanos adotaram como modelo a condução do processo político pelos "soldados salvadores". Apesar

46. Labor Social são ações que visam a apoiar a população carente, através da construção de escolas e habitações, fazendo atendimento médico, obras de saneamento, enfim, realizando atividades de cunho social.

de, em alguns casos, os governos militares terem conseguido promover um significativo progresso material e um alavancamento da capacidade gerencial do Estado, a questão social não foi resolvida. Assim, o papel do Exército em ações como a de Chiapas é extremamente desgastante, cabendo ao poder político procurar solucionar os conflitos com o emprego mínimo da ação militar.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, constituído, em sua grande maioria, por indígenas, quer ser a voz de todos os excluídos da sociedade mexicana. Liderado por um filósofo e não por um estrategista militar, o EZLN é um exército *sui generis*. Em um de seus comunicados reforça a importância da consciência popular da situação de injustiça a que é submetida, para, junto com a espada, conseguirem realizar as mudanças. O EZLN não desencadeou um movimento guerrilheiro clássico, onde os combatentes submergem em meio à população e somente atacam quando possuem o fator surpresa ao seu lado. Realizaram operações em que tiveram a postura de um exército regular, confrontando abertamente o Exército mexicano, sem que tivessem poder militar para tal, como nas ocupações de prefeituras, bloqueios de estrada etc., aparecendo à luz do dia semi-uniformizados e encapuzados. Conforme admitem os próprios revoltosos, a solução militar não lhes é favorável pois não possuem as mínimas condições para conduzir uma campanha militar com alguma possibilidade de sucesso. É, na verdade, um exército virtual por julgar estar em todo México, através dos meios de comunicações, por conseguir que parcela significativa da população se identifique com suas proposições e, fundamentalmente, por, em um mundo desprovido de utopias e centrado no consumismo material desenfreado, reviver as

odisséias dos Dom Quixotes e dos Rob Hoods.

A única saída para o movimento é política e a estratégia dos EZLN é clara. Não tendo capacidade de vencer militarmente, que faz é buscar impor um novo regime de "justiça e dignidade" através da mobilização da sociedade. Sua tática é a conquista da opinião pública nacional e internacional, buscando apoios, e a ampliação do conflito para outros setores da sociedade mexicana.⁴⁷ O EZLN atribui à sociedade civil mexicana, e não confiar nas estruturas estatais e nos mecanismos de consulta popular existentes na atualidade, a tarefa de reestruturar a vida política do México. Pleiteiam, também, o reconhecimento do estado de beligerância que traria mais dificuldades para o emprego do Exército mexicano e poderia, de alguma maneira, internacionalizar o conflito.

O EZLN não quer reformas graduais que postergariam a solução final das razões históricas que deflagaram o conflito. Em decorrência dessa postura, surge o diálogo de surdos travado com o governo federal. O aceitar as reformas graduais, que procurariam resolver parcela dos problemas estruturais da região de Chiapas, conduziria o movimento para a arena da normalidade política mexicana. Não são reformas pontuais que pretendem os insurretos. O que buscam é a abertura de uma ampla discussão acerca da forma com que o Estado Mexicano exerce a dominação política. Assim, questões como a da posse da terra, da representatividade política da população indígena e do reconhecimento das autoridades tradicionais indígenas pelo sistema legal implicam profundas mudanças estruturais.

47. Correa, Fernando Perez. Chiapas: La hora de la razón. *Vuelta* nº 220, México, março de 1995.

de, em alguns casos, os governos militares terem conseguido promover um significativo progresso material e um alavancamento da capacidade gerencial do Estado, a questão social não foi resolvida. Assim, o papel do Exército em ações como a de Chiapas é extremamente desgastante, cabendo ao poder político procurar solucionar os conflitos com o emprego mínimo da ação militar.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, constituído, em sua grande maioria, por indígenas, quer ser a voz de todos os excluídos da sociedade mexicana. Liderado por um filósofo e não por um estrategista militar, o EZLN é um exército *sui generis*. Em um de seus comunicados reforça a importância da consciência popular da situação de injustiça a que é submetida, para, junto com a espada, conseguirem realizar as mudanças. O EZLN não desencadeou um movimento guerrilheiro clássico, onde os combatentes submergem em meio à população e somente atacam quando possuem o fator surpresa ao seu lado. Realizaram operações em que tiveram a postura de um exército regular, confrontando abertamente o Exército mexicano, sem que tivessem poder militar para tal, como nas ocupações de prefeituras, bloqueios de estrada etc., aparecendo à luz do dia semi-uniformizados e encapuzados. Conforme admitem os próprios revoltosos, a solução militar não lhes é favorável pois não possuem as mínimas condições para conduzir uma campanha militar com alguma possibilidade de sucesso. É, na verdade, um exército virtual por julgar estar em todo México, através dos meios de comunicações, por conseguir que parcela significativa da população se identifique com suas proposições e, fundamentalmente, por, em um mundo desprovido de utopias e centrado no consumismo material desenfreado, reviver as

odisséias dos Dom Quixotes e dos Robin Hoods.

A única saída para o movimento é política e a estratégia dos EZLN é clara. Não tendo capacidade de vencer militarmente, o que faz é buscar impor um novo regime de "justiça e dignidade" através da mobilização da sociedade. Sua tática é a conquista da opinião pública nacional e internacional, buscando apoios, e a ampliação do conflito para outros setores da sociedade mexicana.⁴⁷ O EZLN atribui à sociedade civil mexicana, por não confiar nas estruturas estatais e nos mecanismos de consulta popular existentes na atualidade, a tarefa de reestruturar a vida política do México. Pleiteiam, também, o reconhecimento do estado de beligerância que traria mais dificuldades para o emprego do Exército mexicano e poderia, de alguma maneira, internacionalizar o conflito.

O EZLN não quer reformas graduais que postergariam a solução final das razões históricas que deflagaram o conflito. Em decorrência dessa postura, surge o diálogo de surdos travado com o governo federal. O aceitar as reformas graduais, que procurariam resolver parcela dos problemas estruturais da região de Chiapas, conduziria o movimento para a arena da normalidade política mexicana. Não são reformas pontuais que pretendem os insurretos. O que buscam é a abertura de uma ampla discussão acerca da forma com que o Estado Mexicano exerce a dominação política. Assim, questões como a da posse da terra, da representatividade política da população indígena e do reconhecimento das autoridades tradicionais indígenas pelo sistema legal implicam profundas mudanças estruturais.

47. Correa, Fernando Perez. Chiapas: La hora de la razón. *Vuelta* nº 220, México, março de 1995.

Ao lado de propostas de uma nova inserção da comunidade indígena no processo político mexicano, persiste a visão tradicional da incorporação dessas comunidades no quadro vigente. Para Sáenz,⁴⁸ a saída para a situação é uma mobilização da economia pública e privada para, junto com uma solução política, resolver a questão da miséria. O TLC seria um meio de ter-se investimento, e seria necessário "*lograr cierta uniformidad cultural e no exarcebar las diferencias étnicas e lingüísticas*".

Grande parte das reivindicações e das propostas para uma nova sociedade mexicana, feitas pelos zapatistas, está elencada no trabalho de Bonfil.⁴⁹ Interessante é como o autor propõe o desmonte do sistema vigente e o surgimento de uma nova civilização. "*La cuestión tal vez deba plantearse en estos términos: debemos aprender a ver occidente desde México en vez de seguir viendo a México desde occidente.*"⁵⁰ É uma nova proposta que prioriza o nacional, a cultura autóctone e a maioria da população. Fácil de ser implementada? Certamente que não, por necessitar um intenso esforço para a criação de um modelo político próprio e não "macaqueado" dos "civilizados". Os referenciais democráticos modernos são de países que não tiveram os problemas mexicanos e, conseqüentemente, não desenvolveram mecanismos e instrumentos políticos para conciliar os confrontos existentes nessa sociedade.

Entre o autogoverno, o comunitarismo indígena e popular e as práticas democráticas modernas há grandes contradições.⁵¹ Dentre essas contradições, poderíamos citar a representação política étnica, a convivência das

autoridades tradicionais indígenas com o sistema já instalado nas comunidades que não fossem somente compostas por indígenas, a conciliação das normas de direito com os costumes tribais, enfim, muitos seriam os conflitos entre as duas culturas quando colocadas em pé de igualdade.

Os zapatistas têm contra si o tempo. O Estado possui uma estrutura que possibilita durar na ação com muito mais eficiência que o EZLN. Contra o governo há parcelas da opinião pública internacional e nacional que não aceitariam uma ação militar violenta para equacionar o conflito. A esperança é de que o bom senso e a tolerância de todas as partes envolvidas prevaleçam.

Finalmente, poderíamos considerar que todos nós, latino-americanos, somos o México. O que foi acima exposto sobre a situação mexicana, com pequenas adaptações nos quadros político, econômico, militar e social, poderia ser útil para a compreensão da maioria dos países da América Latina. O quadro mexicano tem a peculiaridade de, em razão da existência de uma cultura milenar, marcada pela resistência, conseguir explicitar o conflito, fugindo à anomia existente em grande parte dos países da região.

As explosões de violência, o quadro de miséria estrutural, a ampliação da atuação do crime organizado, as crises econômicas, a inexistência de projetos políticos sustentáveis que resgatem a secular situação das extremas diferenças sociais, o quadro de graves injustiças sociais, a descrença nos sistemas políticos vigentes caracterizada pelo alheamento da maior parte da população da vida política, os baixos níveis dos indicadores de desenvolvimento social são evidên-

48. Saéenz, Josué. Crecimiento y modernidad para avanzar en Chiapas. *Examen*, nº 58, México, pp. 5 e 6.

49. Batalla, Guillermo Bonfil. *Op. Cit.*, p 217 a 246.

50. *Idem*, p. 235.

51. Mergier, Anne Marie. *Op. Cit.*

cias, na sofrida América Latina, de que Chiapas não é um problema somente mexicano.

No relacionamento externo, o convívio com a extrema dependência do sistema financeiro internacional, as elevadas taxas de juros das dívidas externas, a falta de investimento externo, o bloqueio ao acesso às tecnologias de ponta e, principalmente, o aviltamento das relações de trocas entre os países do Norte e do Sul também não são privilégio mexicano.

Ao sentar à mesa de negociações dos organismos internacionais, dominados por interesses excludentes, os países latino-americanos poderiam dizer: "Somos todos Chiapas." O que resta é evitar-se a repetição do fenômeno Chiapas em outras plagas, pela conscientização de que mudanças têm que ocorrer, preferencialmente pelo processo político, pois a realidade latino-americana merece soluções próprias e peculiares. □

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1988.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. *México Profundo — Una Civilización Negada*. Secretaria de Educación Pública, México, 1987.
- BAZÁN, Antonio Rivello. Lealdade de las Fuerzas Armadas. *Tiempo*, México, março de 1994.
- BENJUMEA, Torcuato Luca de Tena. El juguete de Samuel. *Siempre* nº 2187, México.
- BOLIVAR, Simon. Discurso pronunciado pelo Libertador no Congresso de Angostura, em 15 de fevereiro de 1819, dia de sua instalação. *Escritos Selectos*.
- COMISION NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. *Informe Especial de la Comision Nacional de Derechos Humanos sobre sus Acciones realizadas en el marco del Transtorno Interior del Estado de Chiapas, entre el 9 el 19 de febrero de 1995*, mimeografado, México, 20 de fevereiro de 1995.
- CORREA, Fernando Perez. Chiapas: La Hora de la razón. *Vuelta* nº 220, México março de 1995.
- EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. Declaração de Guerra do Exército Zapatista de Libertação Nacional, *El País*, México.
- . "No le creemos", dice el subcomandante Marcos a Zedillo, *El País*, México, 7 de dezembro de 1994.
- . No podemos aceptar una paz indigna, *El País*, México, 12 de junho de 1994.
- . Espejo primero, *El País*, México, 10 de junho de 1994.
- . Retorno de todos los expulsados, petición rebelde, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994.
- . Segunda declaración de la Selva Lacandona, *El País*, México, 17 de março de 1994.
- . Justicia, democracia y libertad "para todos", pedirán los zapatistas, *El País*, México, 20 de fevereiro de 1994.
- . Chiapas el sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía, *Perfil de la Jornada*, México, 27 de janeiro de 1994.
- JARAMILLO, Uribe Jaime. *Frecuencias Temáticas de la Historiografía Latinoamericana In: Zea Leopoldo. La America Latina en sus Ideas, Siglo Veintiuno*, México, 1986.
- MAZA, Enrique. Alemán politizó al Ejército, Salinas lo lleva a determinar comicios, *Proceso* nº 810, México, 11 de maio de 1992.
- . Juntas, la acción política y la acción pastoral concientizaron a los indígenas en la búsqueda de su redención, *Proceso* nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994.
- MERGIER, Anne Marie. Se mantiene viva en Europa la simpatía por Marcos y el movimiento zapatista, *Proceso* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995.

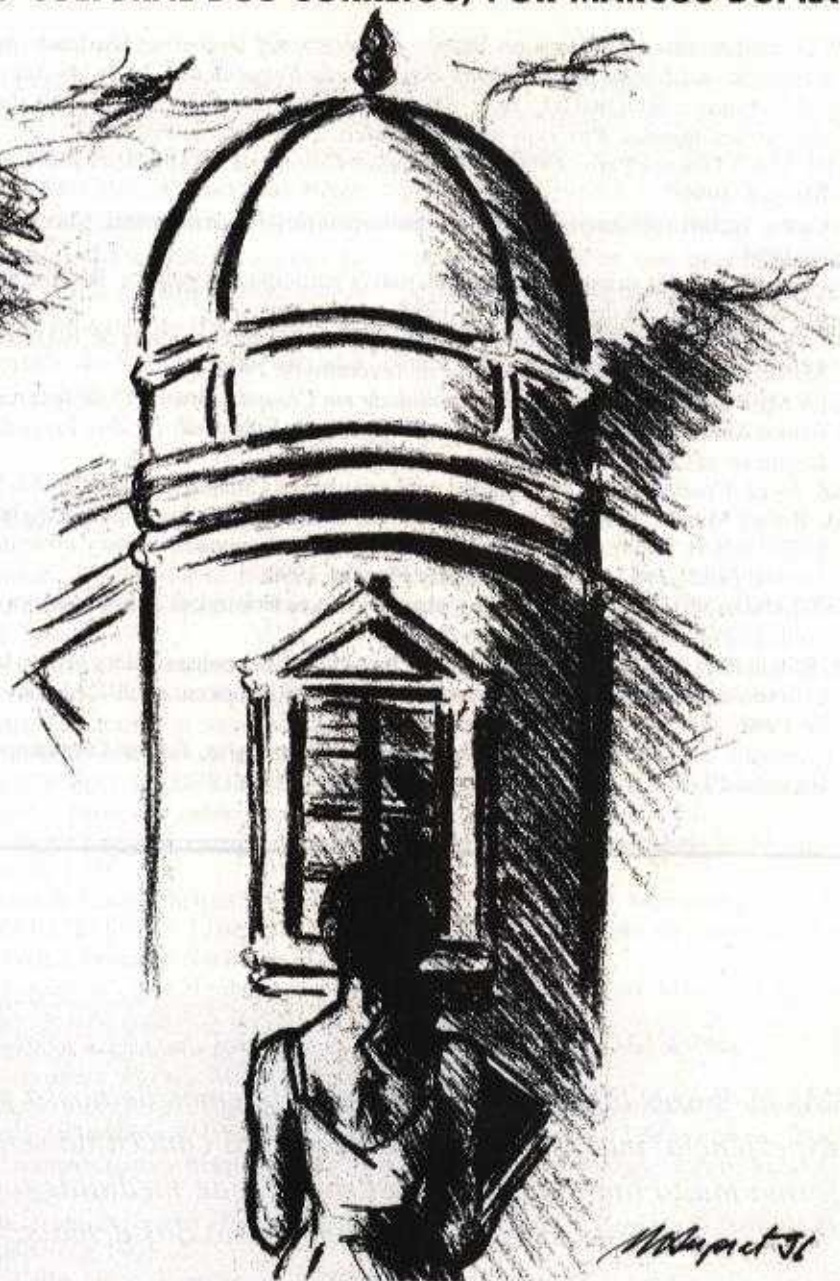
- MÉXICO. Embaixada do México no Brasil; *Esfuerzos del Gobierno Mexicano por Resolver el Conflicto en Chiapas por la Via del Dialogo y la Negociacion*, 24 de fevereiro de 1995.
- MORALES, Sonia e RODRIGO, Vera. Samuel Ruiz ha resistido, desde 1960, hostigamientos, agresiones, injurias. *Proceso* nº 956, México, 27 de fevereiro de 1995.
- POMBO, Maria Dolores Paris. *Crisis e Identidades Colectivas en America Latina*, Plaza y Valdez, México, 1990.
- PUIG, Carlos. Incurrió el Ejercito en actos inconstitucionales. *Proceso* nº 902, México, 14 de fevereiro de 1994.
- . El Ejercito se la va a cobrar exigiendo mayor participacion política: Roderic Camp, *Proceso* nº 902, México, 14 de fevereiro de 1994.
- . Después de Chiapas, desconcierto, decepción y endurecimiento de Estados Unidos hacia México, *Proceso* nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994.
- GAZETA MERCANTIL. *Alerta com instabilidade em Chiapas*, Brasil, 13 de fevereiro de 1995.
- ROIG, Arturo Andrés. Interrogaciones sobre el Pensamiento Filosófico. In: Zea, Leopoldo, *La America Latina en sus Ideas*, Siglo Veintiuno, México, 1986.
- SÁENZ, Josué. Crecimiento y modernidad para avanzar en Chiapas, *Examen*, nº 58, México.
- SELVA, Rafael Murilo. 1990: La Nacionalidad, las culturas llamadas populares y la Identidad. In: DIETERICH, Heinz, ed. *La Interminable Conquista: emancipacion y identidad de America Latina, 1492 -1992*. México, Mortiz y Planeta, 1990.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. Marcos: nuestro ciclo ya terminó; el asunto es ahora de la sociedade civil. *El País*, México, 4 de março de 1994.
- VERA, RODRIGO. En Chiapas o sondequiera, hasta la Iglesia conservadora acepta la guerra contra el tirano si no hay otra opción: Lorscheider e Araujo, *Proceso*, nº 901, México, 7 de fevereiro de 1994.
- ZEA, Leopoldo. *Discurso desde la Marginación y la Barbarie*. Editorial Anthropos, Barcelona, Espanha, 1988.

“As melhores lições para o futuro as teremos de nossa própria experiência, mas como esta não nos será concedida senão em forma muito limitada, é necessário utilizar, mediante o estudo da história da guerra, a experiência dos demais.”

Moltke

ESPAÇO CULTURAL DOS CORREIOS, POR MARCOS DUPRAT.

DESENHANTES



Você está vendo como o artista plástico Marcos Duprat vê o prédio do Espaço Cultural dos Correios. Agora, se você quer ver como pintores naifs, escultores, grupos teatrais, produtores de vídeo, criadores de cinema de animação, artistas performáticos e muitos



outros vêm a realidade, é só visitar um dos prédios mais bonitos do Rio de Janeiro. Faça um passeio pelo Espaço Cultural dos Correios. Você vai conhecer o que há de melhor em arte.

 **CORREIOS**
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

